

Brasil



NOVA CARTEIRA DE IDENTIDADE

Todos os estados vão emitir a partir do dia 11

Brasil e res poderão pedir o documento até a próxima década



OLHOS QUE CONDENAM

Prisões por reconhecimento facial avançam, mas erros desafiam tecnologia de combate ao crime

FELIPE GRINBERG, VERA ARAÚJO,
IVYNDIA FREITAS E ALINE
RIBEIRO
DO GLOBO

O argentino Silvio Gabriel Juárez estava na Traca Almirante Júlio de Noronha, em Copacabana, na terça-feira, quando seu rosto foi reconhecido pelo sistema de reconhecimento facial da Polícia Militar como condenado por furto em 2020. Foi preso por agentes da Operação Segurança Presente. Na manhã do dia seguinte, Josiete Pereira do Carmo andava no calçadão da Avenida Atlântica, também no bairro carioca, e foi presa por PMs após ter o seu rosto reconhecido pelo mesmo programa de captura de imagens. Pareciam dois casos de sucesso no uso da nova tecnologia para capturar foragidos. Mas eram dois erros. Os mandados de prisão de Juárez e Josiete no sistema de procurados estavam inválidos. Ambos foram soltos ontem.

Os dois casos são exemplos de como o avanço da tecnologia de reconhecimento facial traz também desafios no uso do método. Em Sergipe, a auxiliar administrativa Taislaine Santos foi abordada por policiais duas vezes numa mesma noite por um erro de identificação do sistema (leia abaixo o depoimento).

São Paulo começou em outubro a instalar câmeras de reconhecimento facial no topo da capital, como parte do projeto Smart Sampa, que prevê 20 mil equipamentos este ano. O mais amplo programa de reconhecimento facial na segurança pública no país é o da Bahia, que entre 2018 e 2022 investiu R\$ 683 milhões no sistema.

O programa de captura de imagens divide opiniões. O major Jefferson Araújo, diretor de Planejamento Es-



Vigilância nas ruas. Câmera de reconhecimento facial da PM durante o reveillon em Copacabana. Bahia e São Paulo também investem na tecnologia



Dois erros. Josiete (à esquerda) e Juárez (à direita) foram presos por engano

tratégico de Tecnologia de Informação e Comunicações da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, disse ao GLOBO que foram feitas 1.183 prisões pelo reco-

nhecimento facial desde a implementação do sistema. Araújo afirma desconhecer prisões de inocentes por erros da tecnologia e afirmou que quando a ferramenta in-

forma falsos positivos, uma etapa posterior de checagem humana corrige os erros. Atualmente, há 3.110 câmeras com reconhecimento facial em 81 municípios, incluindo Salvador, eo projeto está em expansão.

— A face é coletada pelas câmeras e as imagens são comparadas com a base de dados, imagens dos mandados de prisão. Ocorrendo similaridade a partir de 90%, um alarme é dado pelo sistema. Agentes da segurança fazem o primeiro check de validação, a olho nu, e depois confirmam os detalhes do mandado de prisão. Havendo conformidade, agentes fazem a abordagem — diz Araújo. — Em cinco anos, a gente descobre prisões injustas. Esse trabalho não se sustenta só com a tecnologia. São processos e pessoas.

No entanto, um relatório

recente do Panóptico, projeto do Centro de Estudo de Segurança e Cidadania que monitora o uso da tecnologia, destaca acusações injustas e abordagens discriminatórias por policiais baianos, especialmente de pessoas negras e de minorias étnicas. Na primeira versão do termo de referência do projeto, o “estilo de cabelo” e o “estilo inferior” foram listados como parâmetros. Fábio Nunes, coordenador do centro e doutor em Ciência Política, questiona as câmeras em pequenas cidades baianas, que têm necessidades mais graves pela falta de infraestrutura. Seabra, no interior do estado, com uma taxa de esgotamento sanitário inferior a 5% e urbanização de apenas 0,9%, recebeu a tecnologia, por exemplo.

— O Brasil importa essa tecnologia de empresas

americanas e chinesas e usa, principalmente a partir de 2019, sem regulação e sem legislação que garantam a proteção de direitos. Não há transparência à altura dos riscos que ela pode promover — opinou Nunes. — A Bahia já prendeu mais de mil pessoas e pouco se sabe sobre elas. O estado não tem a transparência como pilar.

O Brasil não tem lei que aborde o reconhecimento facial. As diretrizes de proteção de dados pessoais estão na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, em vigor desde 2020, mas não valem nos tratamentos de dados para fins de segurança pública ou defesa nacional — caso do sistema da Bahia e do Smart Sampa.

DISCUSSÃO NA JUSTIÇA

O Metrô de São Paulo começou a adotar a tecnologia em novembro de 2022, com o plano de instalar cinco mil câmeras nas estações até 2024. A iniciativa começou a ser implementada na Linha 3 (Vermelha), após mais queixas de furtos e roubos.

A discussão sobre a tecnologia foi parar na Justiça. Em maio, a ViaQuatro, que opera a Linha 4 (Amarela), foi condenada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) a pagar R\$ 500 mil por danos morais coletivos e ter implementado em 2018 um sistema de câmeras de reconhecimento facial que captava emoções, gênero e faixa etária dos passageiros, para fins publicitários.

A implementação da tecnologia chegou a ser suspensa por uma liminar, que foi derrubada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Em fevereiro, a juíza Cynthia Thomé, da 6ª Vara de Fazenda Pública, determinou a realização de uma perícia para avaliar o sistema adotado pelo Metrô.

TAISLAINE SANTOS*

‘Me confundiram duas vezes com uma foragida na mesma festa, cheguei a urinar de tão nervosa’

“No dia 4 de novembro, fui a uma festa carnavalesca com duas amigas em Aracaju. Por volta de 16h30m, fui abordada por três rapazes, me perguntando meu nome, meu RG e CPF. No momento, não estava com meus documentos. Eles pediram para a gente se afastar um pouco e ir para o outro lado da rua. Como eu sabia tudo de cabeça, falei nome da mãe, documentos, end morava. Questionei porque estavam me interrogando. Disseram que eram policiais civis à paisana, e que eu tinha sido identificada pela câmera de reconhecimento facial como possível suspeita foragida da Justiça.

Fiquei nervosa e chorei. Um deles pegou na minha mão, pediu que eu me acalmasse, olhou a foto e até me mostrou. ‘Realmente não é você, não’, me disse. Então voltei para a festa com as minhas amigas.

Mais tarde, umas 18h30m, quando já estava acomodando o trio da Jete Sangalo, passei ao lado de um carro da PM e alguns me abordaram de forma totalmente diferente. Não perguntaram nome nem meu documento. Jogaram meu copo no chão, pegaram meu celular, prenderam minhas mãos para trás, segurando com bastante



Estragou a festa. Taislaine registrada por sistema de reconhecimento facial

força. Eu dizia ‘não fiz nada’. Um PM falou ‘você sabe o que você fez, né?’. Neste momento, urinei.

Me colocaram no camburão. Toda encolhida, coagida, todo mundo me olhando, eu pedindo para que alguém me ajudasse. Mas ninguém me ajudou. Me levaram até uma tenda, onde tinham outros

policiais. Cheguei chorando, desesperada.

Perguntaram todos os meus dados e perceberam que eu não era a pessoa que imaginavam. Nunca fiz nada de errado na vida. Chegaram para mim e disseram que poderia estar acontecendo um erro. Perguntaram se eu queria voltar para o evento,

porque já tinham comunicado no grupo da polícia que não me abordassem mais. Disse que queria ir para a casa. Uma viatura da PM me levou. Não pediram desculpa em momento nenhum. Disseram que foi um erro, mas não pediram desculpas. Quando cheguei em casa, chorando, meu primo me orientou a fazer um boletim de ocorrência na delegacia mais próxima. Chegando lá, não consegui, porque não prestam B.O. contra a PM. Pediram que fosse à corregedoria.

Vou entrar com processo contra o Estado. Quis expor a situação porque muita gente já foi humilhada publicamente e isso não pode ficar impune. Existe, sim, erro neste sistema, eles precisam aprimorar. Depois da repercussão, o governador me pediu descul-

pas pessoalmente. Ele, o responsável pelo evento, o secretário de Segurança Pública, os chefes da PM. O próprio secretário disse que vai verificar o sistema e reciclar os policiais, para que a abordagem seja mais humanizada. Uma das coisas que me deixou preocupada é que ele disse que podem me reconhecer de novo. Estou impossibilitada de sair. Posso ser abordada a qualquer momento, mesmo eles sabendo que não sou a pessoa que estão procurando.

Estou apreensiva. Desde que aconteceu, não quis voltar para festa nenhuma. Não me sinto segura. Nem para sair do estado, viajar. Vou começar agora acompanhamento psicológico, porque vira e mexe fico revivendo, lembrando”.

*Em depoimento a Aline Ribeiro